

# A Desagregação da Sociedade Africana no Romance “Viragem” de Castro Soromenho

Maria da Glória de Brito\*

## 1. Percurso pessoal e literário do autor

Os romances, *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *Chaga* (publicado postumamente em 1970) constituem uma trilogia a que Alexandre Pinheiro Torres<sup>1</sup> chamou a “trilogia de Camaxilo”, designação que reenvia para o universo espacial da acção. Este ciclo de romances é representativo da segunda fase literária do escritor Fernando Monteiro de Castro Soromenho (1910-1968) e tem como pano de fundo a região da Lunda no Leste angolano que, no princípio do século XX, foi cenário das campanhas de pacificação<sup>2</sup> e de aplicação da organização política e administrativa colonial.

Castro Soromenho nasceu em Moçambique, mas passou a sua infância e juventude na região da Lunda onde o pai era governador. Trabalhou na empresa de diamantes Diamang<sup>3</sup> e, posteriormente, no funcionalismo público, tendo esta experiência sido determinante para a sua produção literária. Durante este período pôde observar os usos e costumes das populações do distrito da Lunda e recolher informações sobre as suas tradições, crenças, ritos e mitos, material que usará no futuro trabalho etnográfico e literário. Pôde, igualmente, testemunhar a aplicação do regime colonial português e o conseqüente desmembramento das sociedades tradicionais africanas do Leste angolano, submetidas ao choque cultural e à violência na aplicação e evolução da política indígena aprovada pelas sucessivas Leis Orgânicas que culminaram com a celebração do Acto Colonial em 1930<sup>4</sup>.

É nesta atmosfera conturbada da segunda etapa da colonização

de Angola, iniciada com a “ocupação efectiva”, após sucessivas campanhas de pacificação, que o jovem Castro Soromenho permanece até 1936. A partir de 1937 ingressou na actividade jornalística, colaborando no *Diário de Luanda* e sucessivamente em vários jornais de Lisboa e do Brasil, mantendo-se no jornalismo profissional até 1943, data em que se dedica exclusivamente à escrita. Devido à sua oposição ao poder político, exila-se em Paris a partir de 1961 donde parte para os Estados Unidos, Espanha e em 1965 fixa-se no Brasil. Neste país regeu um curso de Sociologia de África Negra e implementou os Estudos Africanos. Aí morreu em 1968.

O escritor iniciou a sua produção literária em Portugal, em 1938, com a publicação de *Nhâri*. Nesta primeira fase o escritor segue as experiências literárias de carácter etnográfico desenvolvidas nos finais do século XIX e princípios do século XX. Inscrevem-se nesta tradição os relatos de acontecimentos históricos e os romances de usos e costumes das sociedades africanas, das suas práticas sociais, económicas e religiosas, normalmente produzidos por escritores pertencentes aos dois tipos de cultura (africana e europeia). De entre as principais obras desta fase destacam-se *Noite de Angústia* (1939), *Mucanda* (1941), *Homens sem Caminho* (1942), *Rajada e outras Histórias* (1943), *Viagem ao País do Oiro Branco* (1944), *Calenga* (1945) e *A Maravilhosa Viagem* (1946), assim como diversos trabalhos de pesquisa e reportagens publicados em vários jornais portugueses e estrangeiros.

Apesar de uma perspectiva ainda etnocentrista, estas obras suscitam interesse documental e didáctico, visto que reúnem estudos

etnográficos e recolhas de tradições orais junto dos mestres, testemunhas da memória viva de África que, segundo A. Hampaté Bâ é a “única tentativa válida de penetrar a história e o espírito dos povos africanos”<sup>5</sup>. No entanto, esta produção manifesta já alguma inovação em relação à literatura colonial, visto que integra personagens negras e mestiças inseridas em espaços sociais e regionais precisos, ressaltando as suas práticas culturais, económicas e religiosas, bem como o recurso a uma linguagem com duplo código, mistura de português e de línguas nacionais.

Destaca-se, da mesma época, um caso paradigmático desta vertente literária em Angola: *O Segredo da Morta (Romance de Costumes Angolenses)* (1934) do escritor Assis Júnior (1887-1960). Igualmente, pode-se inscrever neste tipo de produção literária a novela *Nga Muturi* de Alfredo Troni (1845-1904), embora tendo sido publicada numa época anterior, em folhetins, no jornal português *Diário da Manhã* entre Junho e Julho de 1882, que eram depois reproduzidos no *Jornal das Colónias*. Foi, finalmente, publicada a primeira edição postumamente em 1973.

Por conseguinte, estas ficções podem contribuir para a reconstrução, quer de épocas da história dos países africanos, quer de biografias de figuras históricas, como é o caso das rainhas Lueji e Nzinga que inspiraram dois escritores angolanos modernos: Pepetela (1941) que romanceou a vida da primeira na sua obra *Lueji. O Nascimento de um Império* (1990) e Manuel Pedro Pacavira (1939), cujo romance *Nzinga Mbandi* (1975) ficciona a vida da segunda.

Na sua segunda fase literária na qual se inscrevem as obras da trilo-



gia acima referidas, Castro Soromenho converteu em ficção os factos registados pela observação, recorrendo a uma prosa fácil e cursiva, mas dinâmica, fazendo a síntese dos elementos históricos e quotidianos do período de execução da política colonial na primeira metade do século vinte, na região da Lunda. Nestas obras, o autor aplica, por um lado os parâmetros do realismo europeu na recriação dos ambientes geográfico e social, dos contrastes entre as classes sociais e das relações humanas (nas quais está subjacente também um propósito de documento). Por outro, serve-se de alguns recursos estéticos característicos do neo-realismo, como por exemplo a utilização de processos reiterativos e simbólicos para denunciar os abusos e arbitrariedades do colonialismo. É evidente que os problemas destes textos se inscrevem num universo colonial angolano cujos cenários e interações não podem ser dissociados do processo histórico colonialista relatado. E, nesta perspectiva, a trilogia de Soromenho pode ser considerada como precursora da ficção angolana.

É o próprio autor que explica o processo de evolução da sua escrita, quando lhe perguntaram por que motivo o seu romance *Viragem* era tão diferente das obras ante-

riores:

“Desde que nos meus romances surgiram novas realidades e se me apresentaram as suas contradições, logo se me impôs, naturalmente, uma nova técnica e um novo estilo literário. O neo-realismo teria de ser o novo caminho”<sup>6</sup>.

A vasta obra de Castro Soromenho, regista inúmeras lendas, ritos de várias espécies, mitos de criação, guerras, descrições de espaços, povos e sociedades africanas. De igual modo, encontramos numerosas referências sobre as campanhas militares, a resistência dos sobas e sobre os regimes políticos e administrativos, posteriormente instalados nas regiões dominadas. Por isso, ela foi objecto de muitos e variados estudos portugueses e estrangeiros, bem como de dissertações de mestrado e de doutoramento. Veja-se, a este propósito a bibliografia referida por Cândido Beirante<sup>7</sup> na sua dissertação de doutoramento sobre a produção escrita deste autor. Por conseguinte, a produção literária de Castro Soromenho comporta um interesse literário, documental e didáctico.

## 2. Ficção e denúncia da ocupação colonial em *Viragem*

Russel Hamilton afirma que “com *Viragem* e *A Chaga*, Soromenho atingiu o auge da sua arte literária e documentária. No primeiro destes romances, o autor utiliza o tema da luta do homem contra a natureza -aliás, um tema encontrado em grande parte da literatura ocidental moderna-, para destacar as justaposições entre europeu e africano”<sup>8</sup>.

A acção de *Viagem* decorre numa circunscrição da administração colonial, situada junto do rio Cuango, no Leste angolano. A intriga é muito simples e as personagens reduzem-se a dois grupos: quatro brancos e seus ajudantes negros. O romance desenvolve um caso amoroso, envolvendo Afonso Nogueira, chefe do posto administrativo, a sua companheira Paulina e o aspirante António Alves que, vindo substituir Afonso, durante a

sua ausência para tratamento, tenta seduzir Paulina. Numa sucessão de sequências e de planos narrativos, o autor vai tecendo a intriga amorosa entre o aspirante Alves e Paulina e, simultaneamente, as tensões que envolvem brancos e negros, suscitadas pela aplicação prática da política indígena portuguesa. O plano social e espacial onde estes “homens e mulheres, brancos e negros, enredados na teia de um colonialismo primitivo e bárbaro”<sup>9</sup> se movimentam constitui outra unidade tratada ao longo da narrativa.

Tanto *Terra Morta* como *A Chaga* apresentam dois grupos de personagens ausentes de *Viragem*: os mestiços e os comerciantes. Estes dois grupos são representativos de dois fenómenos característicos da problemática de Castro Soromenho: a marginalização dos mestiços e a falência dos colonos consequente da abolição da escravatura e da introdução do comércio explorado pelo Estado e pelas grandes companhias.

O romance *Viragem* foca a actualização dos chefes de posto e dá a conhecer os elementos que intervieram no desestruturamento das sociedades africanas, nomeadamente: a introdução do trabalho forçado e do contrato, a imposição dos modelos ideológicos, económicos e jurídicos eurocêntricos e raciais, transferidos do contexto português para um espaço físico e cultural africano, organizado segundo parâmetros completamente diferentes dos europeus. De quando em quando o narrador realça alguns aspectos das tradições e ritos dos Quiocos e Lundas que funcionam para ilustrar a diferença cultural. Contudo, o objectivo principal da escrita incide sobre a descrição do processo primitivo e bárbaro de imposição de um sistema colonial desajustado, e a consequente desagregação do mundo sociocultural do Leste angolano, dezasseis anos após a última batalha de ocupação de Calendende:

“Calendende é toda a história do último palmo de terra lunda conquistada nesse dia ardente de Setembro de 1920, em que emudeceram os tambores de guerra e o soldado Tipóia

içara a bandeira portuguesa na fronteira luso-belga.

Dezasseis anos depois dessa última guerra Tipóia está de novo em frente do caminho das antigas caravanas da borracha, há muito abandonado, por onde entraram no Cuango as tropas que ocuparam os sertões do Leste. Por ele, agora sempre frondejado, voltara ao Cuango com o oficial que viera comandar o posto<sup>10</sup>.

É num destes postos, no Cuango, que se desenrola a acção do romance. Depois de avassalados os territórios do Leste angolano, uma rede de postos administrativos passou a centralizar as actividades destas regiões do interior e a controlar a vida política e económica das populações africanas. Os elementos destacados para estes cargos viviam, por vezes, num isolamento absoluto, afastados do comércio e unicamente em contacto com africanos, como acontece no posto descrito em *Viragem*.

O comércio das antigas caravanas de escravos, marfim, cera e borracha, produtos que geravam a riqueza dos colonos e sobas do interior de Angola, foi gradualmente desaparecendo com a abolição da escravatura, com a concorrência inglesa no comércio da borracha e com a necessidade de reconversão económica. Estes factos são evocados ao longo da obra, por um narrador que ora se funde com as personagens ora se distancia, deixando transparecer a sua voz crítica na denúncia da forma como foi subjugada a população africana e implantada a ocupação administrativa. A seguinte passagem reenvia para essa intenção crítica:

“Era ali naquele barrão, tão comprido e estreito, com pequenos quartos seguidos, cada um com uma porta para a varanda, que se tornara conhecido por “Comboio”, as paredes a fazerem lombo, escoradas com troncos de árvores, que Afonso Nogueira passara a maior parte do tempo a cobrar impostos, a ouvir as queixas dos nativos, a dar ordens aos cipaiois, cada palavra um berro, cada frase uma ameaça, a verberar o procedimento dos sobas por faltas no cumprimento das suas instruções e a dar castigos a este e àquele, cinquenta palmatoadas a um relapso ao pagamento do imposto, chicotadas ao cantoneiro que em vez de andar a

trabalhar na estrada se ia embebedar nas senzalas, mais palmatoadas aos capitas que se demoravam um ror de tempo a levar um recado aos chefes de aldeia, mais chicotadas nos presos que mandriavam nos trabalhos das estradas. Impostos e castigos de manhã ao cair da noite. Uma estafa!”<sup>11</sup>.

Como se pode constatar, o discurso do narrador não só condena os actos dos agentes portugueses, como também denuncia o drama e o sofrimento dos colonizados, sujeitos a um regime imposto, cruel e violento. Deixa, igualmente, transparecer a falta de preparação e de formação de grande parte dos funcionários no exercício do poder. No conjunto das obras da trilogia, esta questão é recorrente, fornecendo uma imagem de agentes grosseiros, frustrados, vítimas do poder desorganizado e vingando-se na crueldade exercida sobre os negros ou na prepotência de uns sobre os outros.

### **3. O papel dos auxiliares administrativos (capitas, cipaiois e cabos) no desmembramento do mundo sociocultural africano**

As tarefas dos chefes de posto (assumidas por Afonso Nogueira e António Alves em *Viragem*) consistiam em verificar, na caderneta do recenseamento da população, quais os indígenas em ordem ou em falta com o pagamento do imposto, aplicando os respectivos castigos aos relapsos. No exercício destas funções, estes agentes eram ajudados por um grupo de auxiliares administrativos negros, segundo uma hierarquia: os capitas, os cipaiois e os cabos.

Em contacto com os europeus, eles formavam o grupo dos “associados, assimilados, elevados à categoria de executores da política colonial”<sup>12</sup>. Esta medida visava, deste modo, compensar a falta de brancos para estes lugares. No papel de agentes africanos, participavam, igualmente, na desagregação das sociedades angolanas do interior.

Os cipaiois Jacinto e Tipóia, os capitas Oxenda e Chipanda e o

cabo Augusto Mulambo representam, neste romance, o grupo de auxiliares no exercício do poder colonial. Recebem ordens dos chefes de posto, poderes e insígnias que lhes conferem autoridade: o cofiô, a farda, o chicote, a arma (só alguns) e as botas. Aprendem o português e vão treinando os gestos e as palavras para serem semelhantes ao branco no exercício das suas funções, designadamente: dar castigos, prender os fugidos do contrato, comandar e vigiar os trabalhos públicos dos presos, levar recados e multas aos sobas com imposto em atraso, fazer rusgas às sanzalas para capturar desertores, denunciar sobas desobedientes e os negros que tentam vender o algodão fora da companhia, a melhor preço. Mudam de nome e libertam-se da alçada do seus sobas. Curiosamente alguns nomes designam coisas, como é o caso de Tipóia, o que é revelador da desconsideração do africano.

Muitos começaram por participar nas campanhas de ocupação e foram sucessivamente ascendendo aos cargos da administração colonial portuguesa. A pouco e pouco dissociaram-se das suas comunidades e, progressivamente, aprenderam a imitar e a assimilar os valores, os ideais, os gestos e a língua do branco “civilizado”.

“E tudo mudara na vida do Tipóia e na vida do posto. Já não havia guerras e os brancos começaram a cobrar o imposto indígena, a mandar os homens mais novos e fortes para as minas de diamantes do Nordeste e ilhas de São Tomé e Príncipe. Os sobas que ousavam desobedecer eram presos, logo substituídos por outros escolhidos pelo chefe do posto, “amigos dos brancos”, e seguiam para o desterro, no sul da colónia, nas ilhas ou em Moçambique”<sup>13</sup>.

É, particularmente, com a actuação deste grupo e no modo como apreendem as ordens e as executam que o choque cultural e as influências recíprocas se evidenciam e agudizam.

Paradoxalmente, estas personagens contribuem para a instalação do sistema colonial nas suas sociedades africanas, perturbando,



Escultura em madeira

assim, a organização das etnias, das tribos, dos critérios de parentesco e dos valores culturais e religiosos. A implicação dos agentes auxiliares no poder administrativo foi determinante no processo de desagregação progressiva da sociedade africana, bem como na diluição de alguns traços essenciais da sua cultura. Em consequência, assistimos ao empobrecimento do poder dos sobados, à sua incapacidade de resistência, assim como à inversão de poderes e valores.

Este fenómeno é acentuado pela reiteração de cenas recíprocas de hostilidades e de vinganças, quer entre cipaios, capitas e cabos, quer entre estes e os elementos do seu povo, em particular os sobas. Instituem-se, assim, diversos níveis de oposição<sup>14</sup> entre os responsáveis brancos, os colaboradores da administração colonial e os elementos das comunidades negras. Quer entre si, quer uns contra os outros. E, deste modo, ao longo da narração, dois conceitos antagónicos que opõem dois sistemas políticos e dois modelos de valores vão tomando corpo: “civilizado” versus “selvagem”.

Em nome da civilização constrói-se todo um mecanismo ideológico de sobrevalorização da

cultura portuguesa e desvalorização da cultura africana, anulando-a nos seus alicerces pela força, pela persuasão, pelo medo. A “civilização”, oferecida pelos brancos “civilizados”, visa o bem dos negros “selvagens” que poderão ser filhos de Mueno Puto (Portugal) ou seja obter a cidadania portuguesa conforme enunciava o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*<sup>15</sup>. Mas esta concessão só se realiza através da troca de trabalho (contrato) ou de bens (impostos e produtos).

Transcrevemos uma passagem do discurso do chefe de posto António Alves, dirigido aos sobas e à população das sanzalas no qual estão evidenciados os fundamentos ideológicos do sistema colonial:

“E Alves recomeçou a falar sobre as obrigações que os negros tinham para com os brancos do Governo. - Voltado para os sobas, acusou os negros de ingratos para os brancos, que trouxeram àquelas terras a civilização, acabando com as guerras entre tribos, abrindo estradas e construindo pontes. E fez-lhes ver o que significava para a vida de todos o comércio introduzido pelos brancos, com os seus panos, o sal, as misangas, tantas coisas boas que todos queriam, tudo para trocar bolas de cera, um produto que eles obtinham de ‘graça’ nas florestas e que nada valia antes de os brancos chegarem às terras de mato”<sup>16</sup>.

A promoção cultural, enunciada nos *Estatutos dos Indígenas* era apenas uma preocupação teórica na época dos acontecimentos relatados na obra, visto que na prática se inviabilizava qualquer interesse em promover culturalmente o colonizado e muito menos em compreender e aceitar a sua cultura. Os discursos e castigos públicos são, por isso, actos frequentes para demonstrar a “civilização” e servir de exemplo. A população, que não sabe falar português, é convocada, com frequência, pelo chefe do posto para assistir a castigos. Por sua vez, os castigados indefesos perante a autoridade branca, estão igualmente sujeitos à tradução dos auxiliares negros que cedo aprendem a manipular e a distorcer a verdade:

“Em quico, Augusto Mulemba disse-

lhe que o branco sabia muito bem que ele era ladrão, todos os homens da senzala eram ladrões, e só lhe não dava palmatoadas por não ter mão. O outro apertou os lábios, a cara toda vincada, a esforçar-se para não lhe responder com desaforo. Sabia que tudo o que dissesse ou fizesse não só seria inútil, como lhe poderia custar caro, porque entre ele, que não falava português, e o branco, que não conhecia o quico, estavam os cipaios, únicos intérpretes, com as suas mentiras e vinganças”<sup>17</sup>.

Como se pode verificar na passagem transcrita, a barreira da língua acentua, também, o desencontro entre brancos e negros e agudiza as rivalidades no seio dos próprios colaboradores da administração negros. O domínio da língua portuguesa constitui uma arma poderosa à qual recorrem os auxiliares para exercerem o poder, vinganças ou ascender aos vários cargos administrativos, recorrendo muitas vezes à mentira ou falsas acusações.

A representação que Castro Soromenho faz deste grupo de personagens, atribuindo-lhe um estatuto marcado pela duplicidade, revela-nos até que ponto ele contribuiu para a fragmentação social. Se, por um lado, estes auxiliares desempenham um papel importante na desestabilização e destribalização das sociedades africanas, ajudando a consolidar a colonização, por outro, o autor salienta a sua fragilidade e vulnerabilidade, ora utilizados pelo sistema, ora culpabilizados e despromovidos perante a mais pequena contrariedade ou ineficácia.

O narrador ressalta a situação dramática vivida pelos auxiliares administrativos negros, desintegrados das suas comunidades, e inseridos num sistema precário, sujeito às arbitrariedades dos responsáveis hierárquicos. Se falham nas missões que lhes são incumbidas, são castigados e despedidos das fardas e insígnias. Mas, nas suas tribos já não são aceites. Despojados da sua identidade, das suas raízes e das famílias (no sentido africano do termo) e rejeitados pelo sistema que alimentou a sua desinserção, eles ficam reduzidos a uma vida

marginal, sem lugar na nova configuração política e social criada pela ocupação portuguesa.

O sonho de muitos colonizados era ser capita ou cipaio por variadas razões: novidade de usarem uma farda, aprendiam a língua portuguesa, libertavam-se automaticamente da tutela dos sobas e, de seus súbditos e passavam a seus superiores como representantes da autoridade.

Além disso “não pagavam imposto indígena, não trabalhavam nas estradas e nos algodoais e tinham, direito a mandar e a usar o chicote”<sup>18</sup>. Como não recebiam ordenado, viviam de pilhagens, roubando sobretudo os sertanejos mais desprotegidos, “embora fossem presenteados pelos sobas que os queriam por seu lado, sem todavia deixarem de desconfiar desses agentes de ligação entre sobas e o chefe do posto”<sup>19</sup>. Mas acontecia, frequentemente, utilizarem o seu estatuto para se vingarem de conflitos pessoais, para abusarem da mulher do outro, para fazerem ameaças ou aliciamentos. Estabelece-se, nesta medida, um certo mecanismo de corrupção entre cipaio, capita e sertanejos, que os chefes de postos souberam fomentar e especular para consolidar o sistema.

E o autor traduz com um realismo sem disfarces e, por isso, incómodo, a situação inconsistente deste grupo gerado pelo poder colonial nas primeiras décadas do século XX, sem força se sem solidariedade para sobreviver fora de qualquer sistema. A destituição e morte do cipaio Tipóia intervém como um símbolo desta situação contraditória e dramática. Motivo de chacota por parte dos chefes e da população, é despromovido depois de trinta anos ao serviço do Governo português:

“Todos largaram a rir e o Tipóia voltou-lhes as costas, a vociferar ameaças. Nas outras aldeias também ninguém o quis acompanhar e riram-se dos seus insultos. “ Cipaio sem espingarda não tem ordem do Governo “, sacudiam-no os chefes das povoações. Outros perguntaram-lhe, ao vê-lo afastar-se, por quanto tinha vendido o cofiô, e riam a bandeiras despregadas”. [...]

## BIBLIOGRAFIA

- BEIRANTE, Cândido (1989), *Castro Soromenho, escritor intervalar*, Dissertação de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Lisboa, obra subsidiada pelo I.N.I.C..
- FERREIRA, Manuel (1977), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, ICALP, Vol. II.
- MARAGARIDO, Alfredo (1980), *Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, (1978) *A Sociedade Angolana Através da Literatura*, São Paulo, Ática.
- NETO, João Pereira (1964), *Angola - meio século de integração*, Lisboa, edição do Autor.
- PÉLISSIER, René, (1986), *História das Campanhas de Angola, Resistências e Revoltas, 1845-1941*, Lisboa, Editorial Estampa.
- RIBEIRO, Orlando (1978) *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- RUSSEL, G. Hamilton ( 1975), *Literatura Africana, Literatura Necessária I Angola*, Lisboa, Edições 70.
- SOROMENHO, Fernando Monteiro de Castro [1949] 1979, *Terra Morta*, Lisboa, Sá da Costa.
- SOROMENHO, Fernando Monteiro de Castro [1967] (1985), *Viragem*, República de Cuba, Edições Cubanas e União dos Escritores Angolanos, colecção 2K.
- SOROMENHO, Fernando Monteiro de Castro [1970] (1979), *Chaga*, Lisboa, Sá da Costa.
- TORRES, Alexandre Pinheiro (1977), *O Neo-realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes Editores.
- TORRES, Alexandre Pinheiro (1978), “O processo de marginalização do mulato na trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho”, in *África - literatura arte e cultura*, n.º 1, Lisboa, África Editora (p. 5-10).
- TRIGO, Salvato (1977), *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora.

“- Santo, veste essa farda - disse-lhe António Alves.

- É para ti, o lugar de cipaio também. Tipóia estremeceu. “ Trinta ano, trinta, trinta ano, trinta... “ E deixou de pensar. Entreabriu os braços como pregados ao chão”<sup>20</sup>.

Cândido Beirante<sup>21</sup> afirma que os cipaio são agentes e pacientes da violência, pagando alguns com a própria vida o exercício da função.

### 4. Uma relação de forças antagonicas

No plano de conjunto da obra, movimenta-se o grupo dos sertanejos, composto por um vasto leque de figuras anónimas, silenciosas, vexadas e apavoradas, que atravessam o “terreiro”, espaço cheio de sol em frente do posto administrativo. Chegam e partem na direcção

da floresta, tomam o caminho do rio ou das “aldeias distantes de sobas e sobetas”. Destacam-se os serviços que fazem os trabalhos domésticos dos brancos, os presos e presas e os trabalhadores -homens mulheres e crianças- envolvidos nas obras públicas de abertura de estradas, na construção de pontes e jangadas, na pesca no rio Cuango e no cultivo do algodão e outros produtos. São recrutados nas suas comunidades para estas tarefas, que se inscrevem no exercício do trabalho obrigatório e gratuito. Afluem ao terreiro em fila onde recebem informações, ordens e castigos dos cipaio e capitas:

Ao entardecer o cipaio Jacinto tocou o ferro para se pôr termo aos trabalhos públicos. Vieram da estrada em formatura, os presos que, sob vigilância dos capitas, procediam à sua reparação. À medida que entravam no terreiro formavam em frente do



Máscara em madeira

pau da bandeira, onde já se encontravam os cipaios e os serviçais do posto.

O trabalho forçado e a sua proibição foram sucessivamente legislados pelos vários *Códigos de Trabalho Indígena*, mas nunca lhe foi retirada, totalmente, a cobertura legal, antes de 1961, sob pretextos de necessidade e de interesse público. Cândido Beirante descreve as inúmeras formas e argumentos que o regime colonial encontrou para manter o trabalho forçado depois da abolição da escravatura em 1830. Estas formas são denunciadas por Castro Soromenho nos romances da sua trilogia.

Como pano de fundo, longe do terreiro e do posto, nas sanzalas espalhadas pela circunscrição administrativa, adivinha-se o conjunto das povoações sobressaltadas pelo receio das constantes razias dos cipaios armados, com ordens de requisição ou de prisão. Os sobas e velhos enfraquecidos esbatem-se neste cenário de hierarquia subvertida, sujeitos ao mesmo tratamento. Contudo, a população das sanzalas permanece fiel às suas tradições e ritos fúnebres acompanhados de

batuques e de canções. O narrador insere na narração alguns momentos de descrição destas práticas culturais quicocas, bem conhecidas do autor.

Entre sertanejos e portugueses há um divórcio e uma incompreensão totais. A intolerância por parte de Afonso Nogueira, António Alves, Paulina e D. Joana é ressaltada pelo voz do narrador, numa linguagem realista, crua e lúcida, que revela bem quanto o autor conhece e observou os actos, as reacções, as ambições e desilusões dos agentes brancos da administração colonial, enleados no processo administrativo, mas igualmente vítimas de um sistema desumano, desorganizado e desajustado, coberto pela legislação. Abandonados ao isolamento, à monotonia dos dias e ao clima duro do interior, num posto do Cuango, acabam por se tornar insensíveis e cruéis para com os seus auxiliares e nativos, como confirma a passagem transcrita:

“Nos primeiros tempos Paulina ficava mal disposta com os berros dos negros castigados a toda a hora, mas foi-se habituando e acabou por não ligar importância. “ Se não fosse a

chicote e à palmatoada, estes negros não pagariam impostos e ninguém quereria trabalhar “, dissera-lhe Afonso Nogueira”<sup>22</sup>.

A presença de dois elementos femininos brancos, Paulina, a companheira de Afonso Nogueira e sua avó D. Joana que apoiam e equilibram os elementos masculinos é, também, utilizada para denunciar a própria corrupção de um sistema regido por critérios morais viciados. O narrador ressalta a fragilidade e a falta de protecção destas duas mulheres, marginalizadas pela sociedade, porque vivem numa situação não legitimada pela lei civil e moral. A denúncia dos marginalizados perante a sociedade, uma característica do neo-realismo, constitui uma constante nas obras da trilogia de Castro Soromenho, uma das afinidades que contribuiu, certamente, para aproximar esta produção escrita daquele movimento.

Em *Chaga e Terra Morta*, o autor faz uma abordagem da questão dos mestiços a vários níveis: social, afectiva, rática e do direito. O narrador sublinha os processos dramáticos de discriminação e de instabilidade dos filhos dos colonos, nascidos de ligações não reconhecidas pela lei, sem garantias sociais ou económicas.

Outros aspectos que marcam o contraste entre brancos e negros, mostrados no texto, residem na incapacidade de aceitação da diferença e na rejeição física e cultural do mundo negro, por parte dos elementos brancos. Estes contrastes são ainda acrescidos das dificuldades de adaptação ao clima e ao isolamento profundo, influenciando o humor e o comportamento, originando posturas e actuações arbitrarias e violentas.

“Eu gosto de África, mas é em Luanda - disse D. Joana. - Aquilo é outra coisa; tem cinema, igrejas e até praias”<sup>23</sup>.

“África e doença é a mesma coisa. [...] Terra de negros é para negros, D. Joana”<sup>24</sup>.

“África seria boa sem pretos, sem mosquitos e sem bichos...”<sup>25</sup>.

Outras afirmações similares são

reiteradas ao longo do texto, evidenciando a postura de inadaptação a um mundo espacial e socio-cultural considerado inóspito e hostil. Um mundo que para Afonso fez parte de um sonho de enriquecer, mas que na realidade se revela o contrário:

“- É tudo, amigo Maurício, ao fim de vinte anos de funcionário, vinte anos a cobrar impostos com palmatória na mão. Na nossa terra sonhamos com uma África cheia de aventuras e aqui acabamos nisto...”<sup>26</sup>.

Com o romance *Viragem*, Castro Soromenho demonstra que a seguir à ocupação efectiva, nas regiões do Leste angolano não houve lugar para o sincretismo. As personagens negras subjugadas por um sistema desumano, urdido com obstáculos e violências de vária ordem (sendo os principais a falta de preparação dos funcionários e a inadequação dos modelos legislativos), não evidenciam ainda sinais de emancipação. Incapazes de afirmarem a sua cultura, vão-se sujeitando aos caprichos e desígnios do poder transitório dos chefes de posto e seus auxiliares negros. Só bastante mais tarde se libertam deste período de hibernação para assumirem de forma consciente a linguagem da reivindicação, da revolta e da confiança na sua força, em particular após o nascimento da *Geração da Mensagem* em 1948.

Nesta obra, Castro Soromenho recria de forma fidedigna a época dos acontecimentos relatados, mostrando o período conturbado da primeira etapa da ocupação colonial para a qual os funcionários não estavam preparados. Por conseguinte, as histórias relatadas na trilogia, inscritas neste processo histórico, remetem-nos para o exercício do poder com uma crueldade recíproca, implicando os vários intervenientes no sistema.

De igual modo, os episódios históricos da resistência à ocupação militar são evocados no texto, em particular pela memória de Tipóia que participou nas campanhas contra o soba Calendende que se revelou insubmisso refugiando-

se no então Congo Belga. No entanto, a obra é marcada por um registo poético que a distingue de *A Chaga* e de *Terra Morta*, levando Roger Bastide a afirmar que “a poesia significa, neste autor, fidelidade ao real”<sup>27</sup> ●

Universidade Aberta, Lisboa

- <sup>1</sup> Alexandre Pinheiro Torres, “Propedêutica à Trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho” in *Colóquio Letras*, n.º 39, Setembro 1977, p. 30-37.
- <sup>2</sup> Depois da *Conferência de Berlim* (1885) as potências coloniais delimitaram as fronteiras das colónias africanas, seguindo-se todo um processo de “colonização efectiva”, ou seja de conquista das fronteiras e de subjugação das populações africanas, a que se deu o nome de campanhas de pacificação. A implantação da colonização também se chamou “ocupação efectiva”.
- <sup>3</sup> A Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola) foi fundada em 1917 com capitais belgas, franceses, ingleses, americanos e portugueses. Constituiu um autêntico estado dentro de Angola, com um corpo de polícia próprio e contribuiu para a criação da rede rodoviária da região da Lunda e das cidades Henrique de Carvalho e Portugália. Aliás, segundo Orlando Ribeiro (1978) *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 346, o crescimento “explosivo” de algumas cidades desta região deve-se ao algodão e aos diamantes.
- <sup>4</sup> Veja-se, entre outros, os textos das várias *Cartas Orgânicas* (1914, 1917, 1920, 1926) o *Acto Colonial* (1930) e a *Carta Orgânica do Império Colonial* (1933) que estabeleciam as bases da administração civil e financeira para as províncias ultramarinas, bem como os sucessivos textos do *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas* (1899, 1911, 1914), o *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias* (1926, 1928) e *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* (1926, 1929) extensivo à Guiné em 1927, o *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (1954, 1955).
- <sup>5</sup> H. Hampaté Bâ, “A tradição viva”, in *História Geral de África*, org. de Joseph Ki-Zerbo, Ática, UNESCO, 1980. p. 181
- <sup>6</sup> Declarações do autor transcritas na obra de Russel G. Hamilton, *Literatura Africana, Literatura Necessária I Angola*, Lisboa, Edições 70, 1975, 60.
- <sup>7</sup> Cândido Beirante, *Castro Soromenho um escritor intervalar*, Dissertação de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Lisboa, Obra subsidiada pelo I.N.I.C., 1989.
- <sup>8</sup> Russel G. Hamilton, *Literatura*

*Africana, Literatura Necessária I Angola*, Lisboa, Edições 70, 1975, 61.

- <sup>9</sup> Expressão retirada da capa da obra de Castro Soromenho, *Terra Morta*, Lisboa, Sá da Costa [1949] 1979.
- <sup>10</sup> Castro Soromenho, *Viragem*, República de Cuba, Edições Cubanas e União dos Escritores Angolanos, colecção 2K, 1985, p. 144.
- <sup>11</sup> Op. cit. p. 38.
- <sup>12</sup> Salvato Trigo, *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora, 1977, 145.
- <sup>13</sup> Op. cit., p. 145.
- <sup>14</sup> Cândido Beirante na sua dissertação de Doutoramento, op. cit. explicita as várias oposições entre bantos, auxiliares e brancos implicados na administração portuguesa na Lunda, oposições entre grupos e no interior dos próprios grupos, p.311-390.
- <sup>15</sup> Ver bibliografia atrás referida sobre a Política Indígena.
- <sup>16</sup> Op. cit., p. 104.
- <sup>17</sup> Op. cit. p. 160.
- <sup>18</sup> Op. cit. P. 136-137.
- <sup>19</sup> Op. cit. p. 137.
- <sup>20</sup> Op. cit. p. 151 e 171.
- <sup>21</sup> Op. cit. p. 446.
- <sup>22</sup> Op. cit. p. 86.
- <sup>23</sup> Op. cit. p. 58.
- <sup>24</sup> Op. cit. p. 175.
- <sup>25</sup> Op. cit. p. 59.
- <sup>26</sup> Op. cit. p. 219.
- <sup>27</sup> Roger Bastide, *L'Afrique dans l'Œuvre de Castro Soromenho*, Paris, Jean Pierre Oswald, 1959, citado por Fernando Augusto Albuquerque Mourão, *A Sociedade Angolana através da Literatura*, São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 51.

## Resumé

Dans sa trilogie composée par les romans *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1967) et *Chaga* (celui-ci publié posthument en 1970), Castro Soromenho (1910-1968) relate des faits et des conflits renvoyant à l'époque de l'application du système politique et administratif colonial portugais, au début de la première moitié du vingtième siècle, dans la région Est de l'Angola, la Lunda.

Dans *Viragem* l'écrivain montre la pratique quotidienne de cette colonisation primitive et barbare. Il accorde aux détails un regard simultanément critique et informatif, dans un langage cru et, parfois, poétique. Donc, dans le plan de la narration événementielle, on peut isoler le domaine romanesque et celui du document, conférant à l'écriture des marques proches de celles de l'historien ou du socio-